



Comunicação COVID19
Ponto de situação 7 de junho

Casos Confirmados

34.693 CASOS DE COVID-19

MAIS 342 CASOS DO QUE ONTEM

NÚMERO DE INFETADOS SUBIU 0,99%

Óbitos

1.479 VÍTIMAS MORTAIS

MAIS 5 VÍTIMAS MORTAIS (+ 0,33%)

NORTE-806

CENTRO-244

LISBOA E VALE DO TEJO-398

ALENTEJO-1

ALGARVE-15

AÇORES-15

MADEIRA-0

Outros dados

20.995 CASOS DE RECUPERAÇÃO

1.352 AGUARDAM RESULTADOS

338.500 CASOS SUSPEITOS DESDE 1 DE JAN.

398 INTERNADOS (1,14%) / 58 UCI (0,16%)

Dom. 7 junho

Governo destina 38 ME este ano a trabalhadores informais.

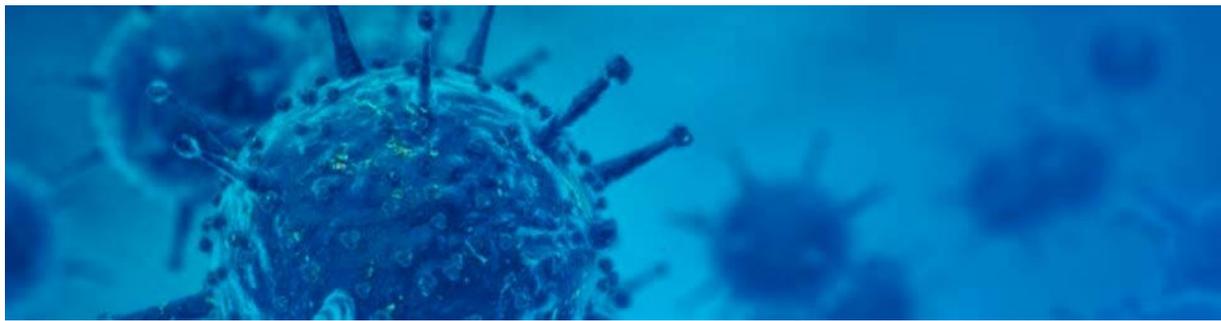
Governo prevê taxa de desemprego de 9,6% este ano e de 8,7% em 2021.

Governo estima queda do PIB de 6,9% este ano e crescimento de 4,3% em 2021.

Exportações devem cair 15,4% este ano.

Governo quer 25% dos funcionários públicos em teletrabalho até final da legislatura.

Medidas de reforço do SNS rondam os 100 milhões de euros



MANCHETES, DESTAQUES E PRIMEIRAS PÁGINAS DA IMPRENSA



(Edição) Um terço dos alunos do 9º ano passa com negativa a Matemática. Piorou nos últimos anos, ao contrário do que aconteceu noutras disciplinas: 33% dos alunos acabam o ensino básico com negativa a matemática. Só 18% conseguem recuperar no 10%. Entrevista a José Miguel Júdice "Costa é de longe o melhor político da sua geração. E o mais implacável e o mais violento". Luís Duque associado a depósitos avultados em dinheiro no Aves. PSD, PS e CDS querem resolver problema de IRS a pensionistas. Desconfinar dos jovens é na rua, com discotecas e bares fechados. Racismo. Milhares saíram à rua também em Portugal. "I can't breath" foi o grito de revolta da minoria negra que se tornou num grito de defesa da democracia nos Estados Unidos. **(Online)- Bairros precários: Estado está "hiperausente" nos direitos, mas "hiperpresente" no controlo e repressão.** A antropóloga Ana Rita Alves, doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, fala da relação entre precariedade habitacional, saúde e racismo durante a pandemia. Banca com nova taxa para financiar "almofada" das pensões. O Governo definiu uma taxa de solidariedade sobre a banca para financiar o impacto da pandemia de covid-19 no Fundo de Estabilização da Segurança Social. Receita estimada em 33 milhões. Abriu a época balnear: "Assim, tão afastados uns dos outros, temos de comunicar por megafone". Brasil deixa de divulgar total de mortes e de casos de covid-19. Apoios ao emprego na retoma vão custar 1300 milhões de euros. Milhares de pessoas manifestam-se em Portugal contra o racismo. Desigualdades e empresas zombie são riscos para o pós-layoffs.



(Online) Águas residuais vão ajudar a prever novos surtos de covid-19. Projeto liderado pela Águas de Portugal e com a coordenação científica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa criou método para quantificar vestígios do SARS-CoV-2 nos efluentes domésticos. "Não se deve ter uma perspetiva lucrativa da exploração do negócio da TAP", José Luís Carneiro, secretário-geral adjunto do PS. Gastos com graffitis numa década davam para CP comprar um comboio novo. Touradas regressam quando "estiverem aprovadas regras" pela DGS. Milhares na rua, em Lisboa e Porto, contra o racismo. Lisboa vai receber final da Liga dos Campeões, garante o jornal Bild. PCP volta este domingo aos comícios e promete seguir regras. Num Algarve vazio, junho é "o grande teste" à pandemia. "A nossa Alfama está triste, dá vontade de chorar. Não há arraiais, não há alegria".



Amigo de suspeito espia rotinas dos McCann. Empregado do Ocean Club denuncia hábitos do casal alemão. Terceiro barco com migrantes no Algarve. Professor de Pilates dá aulas no Gabinete da Ministra da Agricultura. Contra o racismo. "Manifs" ignoram distanciamento social. Surto de covid-19. Consultas e cirurgias adiadas em Lisboa. Carros importados. Tribunal força fisco a devolver imposto. Contratos polémicos. Relações ente Benfica e Desp. Aves com cláusulas abusivas. Autoridade da concorrência em cima dos negócios do futebol. CR7 exhibe riqueza em prendas. Domingo. Portugal seguro e longe das praias.



Cinemas sem filmes e com rendas altas em risco de falência. Grandes empresas do setor enfrentam perdas na ordem dos 45 milhões de euros neste ano devido à pandemia. Donos de sala tentam negociar junto dos shoppings contratos de arrendamento para equilibrar contas. Época balnear começa a duas velocidades. F.C.Porto. eleições batem no arranque recorde do século. Benfica. Vigilância às casas dos jogadores reforçada. Entrevista Ricardo Araújo Pereira "Os populistas fornecem muita matéria ridícula". Saúde. Termas querem reabrir no dia 15. CP. Despesa da limpeza dos graffitis pagava um comboio. Refugiados. Cinco dias no

mar até ao Algarve. **Notícias Magazine.** A idade não escolhe amores. Histórias de vida provam que a diferença geracional é irrelevante na hora de entregar o coração. Urbano. Trotinetas partilhadas voltam à rua.



(Online) Portugal ultrapassa os 34 mil casos confirmados. Morreram mais nove pessoas. Lisboa vence Frankfurt para acolher fase final da

Liga dos Campeões, avançam alemães. A história de um protesto contra o racismo em imagens. Inúmeras palavras de luta, muitos punhos erguidos e pouco distanciamento social.



(Online) Empresas que saiam do lay-off podem escolher modalidade de apoio. Novo regime de lay off impede despedimentos e dividendos.

Emigrantes e educação passam a estar abrangidos na moratória de crédito pública. Portugal tem 20 milhões para captar rotas aéreas e promover turismo. Limite de 50 euros para "contactless" deve manter-se. Pandemia mostra que futuro de baixo carbono precisa de baterias. Governo aponta para crescimento de 4,3% em 2021, depois de queda de 6,9% este ano. Governo prevê despesa de 179 milhões com conservação ferroviária e rodoviária.



(Online)- Depois de uma recessão de 6,9% em 2020, Governo prevê retoma de apenas 4,3% no próximo ano. Já se conhecem as previsões macroeconómicas que vão estar no Orçamento

Suplementar. Programa de Estabilização Económica e Social (PEES). Grandes empresas afinal mantêm borla na TSU no novo lay-off. Ao contrário do que tinha anunciado o primeiro-ministro, as grandes empresas que aderirem ao novo regime que vai substituir o lay-off não vão pagar a TSU na íntegra. Pagam metade a partir de agosto. Governo nomeia Manuela Faria para ser a nova presidente da ADSE. Lisboa (des)confinada. Antes e depois da fase crítica da pandemia.



(Online) Economia cai 6,9% este ano, mas começa a recuperar em 2021, diz Governo. Projeto da Universidade de Coimbra no top 3 em

concurso da ONU. Incentivar a comunidade académica para a reciclagem de artigos em plástico e equipamentos elétricos e eletrónicos é o objetivo do projeto da UC. “Até agora não temos nada a registar”. Autoridade Marítima faz balanço do arranque da época balnear. Exportações tombam 15,4% este ano e crescem 8,4% em 2021, segundo o Governo. A resolução do Conselho de Ministros que aprova o Programa de Estabilização Económica e Social foi publicada no sábado à noite no suplemento do Diário da República e inclui as previsões do Governo para 2020 e 2021 que não tinham sido apresentadas por António Costa. Governo destina 20 milhões para captar rotas aéreas de turismo e 20 milhões para organização de eventos.



(Online) Governo vê economia a crescer 4,3% em 2021. Novo lay-off custa mais de 700 milhões de euros. Coronavírus. Em tempos de pandemia as promoções voltam a ganhar força. Comércio externo chinês cai 4,9% em maio. EDP cria aplicação para gerir frotas de

elétricos. Restauração diz que medidas do Governo são insuficientes.

OBSERVADOR

(Online) Caça-morcegos portugueses: "Pandemia é culpa humana".

Ricardo Rocha viaja pelo mundo, entre grutas e florestas, para estudar morcegos. Diz que não se sabe se o coronavírus veio

destes animais e que eles nos salvam de doenças graves, como a malária. Hospitais recebem kits que evitam tocar em portas. Graça Freitas alerta para riscos das manifestações. Cultura. Precariedade sem solução "em dois meses". App InfoPraias continua com dados desatualizados. "Grande atraso". Novo iPhone não vai sair em setembro, como habitual, indica um fornecedor. George W. Bush e Mitt Romney não vão apoiar Trump.



(Online) Economia deverá cair 6,9% este ano para voltar a crescer 4,3% em 2021. PS brando com autarca no caso dos ciganos. Manifestações: "Ninguém nasce racista." Histórias de quem sofreu na pele, em Lisboa e Braga. Covid-19. ANA propõe descida de taxas aeroportuárias. Covid-19 em direto: Graça Freitas viu imagens da manifestação contra o racismo e alerta: "Não nos podemos juntar, mesmo com máscara". O novo normal nas praias: nadadores em alerta, bares desinfetados e poucos ajuntamentos. Covid-19. Quatro em cada 10 startups do Porto teme fechar portas. Migrantes detetados em Olhão testam negativo à covid-19 e seguem para Lisboa. Covid-19. Bolsonaro altera divulgação dos dados. Números totais de casos e mortes vão deixar de ser publicados.



(Online) Medidas. O que vai mudar no seu bolso. Amadora também já tem mais de mil casos confirmados. Lisboa atrasa regresso à normalidade. "A praia faz bem à saúde e a nossa saúde precisa de praia neste verão" mas é preciso cumprir regras.



(Online)- O que se sabe sobre o Plano Suplementar? 25% em teletrabalho. Douro preparado para pôr os barcos a trabalhar e à espera dos turistas. Governo quer reforço da rede de carregamento de veículos elétricos. Carlos Costa cumpre 10 anos na liderança do Banco de Portugal. Governo quer 25% dos funcionários em teletrabalho até fim da legislatura.



(Online) Maddie: Empregado do Ocean Club denunciava hábitos dos McCann a suspeito do rapto de Maddie. Paulo Gonçalves participou em transferência de jogador de Benfica e Desp. Aves. Ministra da Cultura rejeita barrete de forçado. Banksy junta-se a protestos anti-racismo e diz que este é um "problema branco". Ministra da Agricultura faz exercícios de pilates no Ministério. Brasil deixa de divulgar números globais de casos e mortes por Covid-19.

VISÃO

(Online) Os desafios de ser idoso em tempo de pandemia. Inquérito

Nova SBE/VISÃO: Mais de metade dos portugueses pretende deixar de usar transportes públicos. Covid-19: Medidas de reforço do SNS rondam os 100 milhões de euros. Covid-19: O importante papel da alpaca Tyson na investigação para o desenvolvimento da vacina. Covid-19: Apenas 30,6% das crianças regressou ao pré-escolar-Fenprof. Covid-19: Usar máscara é sinal de fraqueza e cobardia – o argumento de alguns conservadores americanos que está a incendiar o debate. Associação ZERO aponta cinco prioridades para sustentabilidade dos oceanos.



Governo quer 25% dos funcionários públicos em teletrabalho até final da legislatura. Objetivo da medida é que haja maior flexibilidade na prestação do trabalho e melhor a conciliação entre a vida pessoal,

familiar e profissional. Grupos convocam protestos a favor da democracia e contra Bolsonaro no Brasil. Da troika aos resgates na banca: Carlos Costa cumpre 10 anos na liderança do BdP.



Médicos de saúde pública preocupados com manifestações em Lisboa. Centenas de pessoas juntaram-se nas ruas da capital e de outras cidades do país para protestar contra o racismo. Diretora-

geral da saúde deixou o aviso: as máscaras “não dão imunidade”. Teletrabalho ganha subsídio de refeição. O atual Código de Trabalho apenas garante o subsídio para o trabalho presencial, mas o PS conta legislar em sentido contrário e tem para isso o apoio do PAN.



Impacto da Covid. Governo estima queda do PIB de 6,9% e desemprego de 9,6%. Administrador do Banco de Portugal acredita

que o país vai recuperar no próximo ano. Governo prevê inflação com recuo de 0,2% em 2020 e aumento de 0,4% em 2021. Manifestações contra o racismo em Lisboa e no Porto juntaram milhares de pessoas. Plano de Estabilização prevê aumento do endividamento das regiões autónomas até 10%.



Banksy

A PANDEMIA NA EUROPA E NO MUNDO

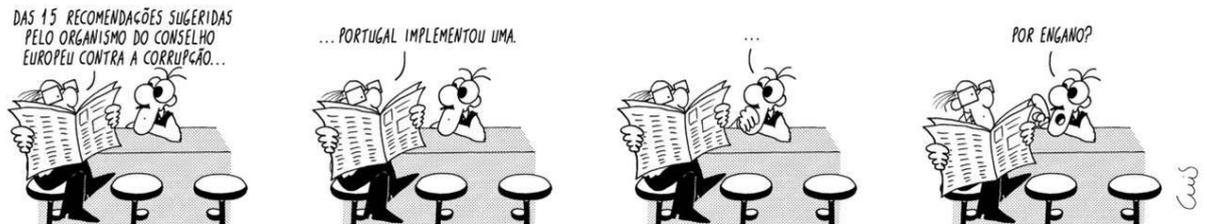
- Pandemia causa mais de 397 mil mortos no **MUNDO INTEIRO**.
- ESPAÑA** regista uma morte nas últimas 24 horas e 164 novos casos.
- ITÁLIA** com 72 mortes e mais 270 infetados nas últimas 24 horas.
- FRANÇA** regista 29.111mortes e 190.052 infetados
- ALEMANHA** regista mais 407 casos e 33 mortes pela Covid-19. Total de 183.678 infeções e 8.646 mortes pela Covid-19.
- REINO UNIDO** com 40.465 mortos, para 284.868 casos positivos.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA** registam 749 mortos nas últimas 24 hora, elevando o total para quase 110 mil óbitos desde o início da pandemia.
- BRASIL** regista 904 mortes e mais de 27 mil novos casos nas últimas 24 horas. Brasil já confirmou 672.846 casos e 35.930 mortes provocadas pela covid-19. O BRASIL VAI DEIXAR DE DIVULGAR DADOS TOTAIS.
- ÁFRICA** passou barreira dos cinco mil mortos.
- CHINA** regista primeiro contágio local em duas semanas.
- CHINA** garante ter informado imediatamente a OMS.
- ÍNDIA** com quase 10.000 novos casos na véspera de reabrir espaços públicos.
- PAQUISTÃO** passa barreira das 2.000 mortes.
- MÉXICO** com mais 341 mortos, número mais baixo em quatro dias.
- GRÉCIA** prolonga confinamento nos campos de migrantes mais duas semanas.
- ISRAEL** coloca 16 mil alunos e professores em quarentena.



FRASES DO DIA

- **“É um passozinho no sentido de aproximar os autarcas das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento (CCDR), mas isso é uma coisa, regionalizar é outra coisa”.**, Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República.
- **“É expectável que o número de novos casos se mantenha elevado nos próximos dias. Resulta de três causas prováveis: atraso na curva epidémica na região, estratégia intensiva de rastreio na região e especificidades associadas às características dos novos casos, predominantemente, jovens em idade ativa e assintomáticos. Ao longo dos próximos dias manteremos a estratégia de intervenção de proximidade e a informação sobre a mesma, mas queremos deixar uma mensagem de tranquilidade”**, Marta Temido, Ministra da Saúde.
- **“Com a pandemia, Costa passou a ser mais amado do que o rei D. Marcelo I”**, José Miguel Júdice, Advogado.
- **"Num momento ainda de grande incerteza nacional e global, as decisões recentes do governo para apoiar as empresas, os empresários e os trabalhadores vão no bom sentido"**, António Saraiva, Presidente da CIP
- **“A Democracia não oferece nenhum alimento espiritual. É um mero mecanismo de seleção e recrutamento dos governantes e das elites políticas, legitimados pelo voto universal. Em contrapartida, oferece um bem único e precioso: Liberdade. Mas aqui começam os problemas: a grande maioria das pessoas não precisa de Liberdade – precisa de um certo desafogo, de um SNS e de segurança.”**, Maria de Fátima Bonifácio, Historiadora.
- **"Incompreensível que para ouvir umas piadas possam estar duas mil e tal pessoas e num estádio não possam estar 500"**, Pinto da Costa, Presidente do FC Porto.
- **“Julgo que o Governo emitiu uma orientação no sentido de que no país não pode haver concentrações de mais de 20 pessoas e, na região de Lisboa e Vale do Tejo, de mais de 10. Tenho dificuldade em perceber como é que isto se coaduna com a situação que temos visto nas imagens que têm sido passadas**

pela comunicação social”, Ricardo Mexia, Presidente da Associação dos Médicos de Saúde Pública



ARTIGOS SELECIONADOS

O QUE JÁ SE SABE SOBRE O ORÇAMENTO SUPLEMENTAR

O cenário de aumento de despesa e uma redução da receita provocada pela pandemia da covid-19 levaram o governo a fazer de novo as contas e a preparar um novo Orçamento.

O Governo deverá aprovar a proposta de Orçamento Suplementar na próxima terça-feira, 9 de junho. Este orçamento surge num contexto particular provocado pela pandemia da covid-19 que afetou a atividade económica, atingindo transversalmente vários sectores, alguns deles com particular peso na economia portuguesa, como o turismo.

Na prática, o Governo vê-se confrontado com um cenário de aumento de despesa (através do aumento de beneficiários de prestações sociais, como o subsídio de desemprego) e uma redução da receita (provocada pela quebra na atividade económica), previsões que estão no Programa de Estabilização Económica e Social, aprovado na quinta-feira, e publicado no sábado à noite no suplemento do Diário da República.

Previsões económicas

O Governo estima uma queda do PIB de 6,9% este ano, devido à pandemia da covid-19, e prevê um crescimento de 4,3% em 2021, segundo o Programa de Estabilização Económica e Social.

Emprego

O novo regime de apoios ao emprego que visa substituir o layoff simplificado é composto por um conjunto de três medidas que podem custar 1300 milhões de euros, financiamentos pelo Orçamento de Estado e por fundos europeus reforçados para combater os efeitos económicos da pandemia de covid-19. Para 2020, o executivo estima uma taxa de desemprego de 9,6%. P.F.E.

Teletrabalho no interior

No documento que formaliza o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) é criado um apoio à contratação em regime de teletrabalho, no âmbito do já existente Programa + CO3SO Emprego. Assim, o Governo define um incentivo no valor de metade (219,4 euros) de um IAS - Indexante de Apoios Sociais (438,8 euros) para as empresas do litoral que criem postos de trabalho no interior, mas desde que seja em teletrabalho. Um apoio que pode durar 36 meses. A medida tem um orçamento de 20 milhões de euros.

Trata-se, portanto, de um “sistema especial de apoio à contratação no âmbito dos custos diretos associados aos postos de trabalho criados, nomeadamente os encargos com remunerações, acrescidas das respetivas despesas contributivas a cargo da entidade empregadora, num período máximo de 36 meses”. Esta iniciativa permite “a empresas do litoral receber mais 0,5 IAS (Indexante de Apoios Sociais), por posto de trabalho, por cada mês de apoio, independentemente do número de postos de trabalho criados, sempre que os postos de trabalho sejam criados num território do Interior em regime de teletrabalho”. P.F.E.

Banca

No Programa de Estabilização Económica e Social, o Governo prevê a criação de uma nova taxa para o sector bancário com vista a reforçar a almofada da Segurança Social no valor de 33 milhões de euros. P.F.E.

Empresas

As empresas mais afetadas pela crise económica podem beneficiar de uma redução ou mesmo isenção do pagamento por conta de IRC.

Habitação

Programa de investimento público vai requalificar todo o parque do IHRU. Governo diz que, no imediato, poderão avançar várias obras no valor de 523 milhões de euros.

Saúde

São quase 3000 os profissionais que o Governo prevê contratar para reforçar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) nos próximos meses. Na quinta-feira, quando António Costa apresentou o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), foram anunciadas novas 2700 entradas, mas a Resolução do Conselho de Ministros então aprovada, e que é publicada este domingo em Diário da República, apresenta um número superior.

São 2995 os profissionais de saúde a contratar para o SNS, a maioria dos quais (1320) são assistentes operacionais. Seguem-se os enfermeiros (912) como categoria que será mais reforçada e ainda os assistentes técnicos (480). Ao todo, o Governo estima gastar, até ao final do ano, 29 milhões de euros com estas contratações.

O PEES prevê ainda 33,7 milhões de euros destinados a pagamentos por “produção adicional” aos profissionais que já estão no SNS, no âmbito de um plano de recuperação das cirurgias e consultas externas que foram adiadas durante o Estado de Emergência.

Cultura

A resolução do Conselho de Ministros não traz grandes novidades para o sector da cultura, mas torna mais claras as medidas excecionais anunciadas pelo primeiro-ministro na quinta-feira e reiteradas no dia seguinte pela ministra da Cultura, Graça Fonseca.

Sabe-se agora, por exemplo, que a linha de apoio social aos artistas, autores, técnicos e outros profissionais das artes que não sejam trabalhadores por conta de outrem vai dispor de um montante de 34,3 milhões de euros e foi estimada tendo em conta um universo potencial de 18 mil beneficiários.

“A prestação é paga em Julho e Setembro, e o valor total corresponde ao apoio equivalente à prestação atribuída aos trabalhadores independentes (3x 438,81 euros), ao qual é descontado o valor de outras prestações sociais que estejam a receber, bem

como de remuneração obtida no âmbito das suas atividades ao longo do período de atribuição do apoio”, pode ler-se no documento que acrescenta em seguida que, para ser abrangido por esta medida extraordinária, é preciso que o trabalhador tivesse atividade aberta no ano de 2019 e não apresente quaisquer dívidas à segurança social e às finanças (reportado a Fevereiro de 2020).

No segmento que dedica à cultura a resolução do Conselho de Ministros nada diz, por exemplo, a que apoios podem candidatar-se artistas plásticos, galeristas, mediadores culturais com trabalho intermitente em museus e bibliotecas ou escritores que não tenham a sua atividade associada à televisão, ao cinema ou ao teatro. L.C.

Turismo

O Turismo de Portugal terá disponíveis 86 milhões de euros para promoção de rotas aéreas, organização de eventos e extensão do apoio a microempresários, de acordo com o Programa de Estabilização Económica e Social.

Infraestruturas

O Governo prevê gastar 81 milhões de euros com a conservação ferroviária e 98,1 milhões de euros com a conservação e segurança rodoviária este ano.

Fonte: **Público**



OPINIÃO

O ESTRANHO CASO DO GOVERNO DE ANTÓNIO COSTA – ANTÓNIO BARRETO

É provável que o primeiro-ministro se dê mal com o êxito de alguns dos seus ministros mais capazes. Acontece.... Daí não vem mal ao mundo. A não ser que se ponha em causa o sistema de governo.

O caso tem vindo animar os debates públicos e a má-língua. António Costa, Primeiro-ministro, pediu a António Costa Silva, professor e gestor, que o ajude a prever o futuro

pós pandemia e a traçar um plano a longo prazo para o país. Muitos estranharam. Alguns contestaram. Outros detestaram. Uns tantos gostaram. Não poucos calaram. Parece um *fait divers*, mas não é. É o sistema de governo que está em causa.

O primeiro-ministro tem o direito de convidar quem julgue que lhe é útil para o ajudar a pensar. Tem o direito de se aconselhar com quem quiser. Assim como de pedir apoio a amigos, o que faz com frequência e proveito. Recorrer a spin doctors é seu privilégio. Se, ao seu Governo, falta ponderação para prever e inteligência para reflectir, é avisado que recorra ao exterior, à sociedade civil, à academia e às empresas. Em certo sentido, é melhor fazê-lo do que fechar-se em copas.

Ainda por cima, é verdade que precisa de conselho. Os seus governos parecem-se com reuniões de técnicos. Não que seja mau ser técnico. O problema é que não é isso que se pede a um político com responsabilidades perante o eleitorado e as instituições. Ora, os ministros nunca foram tão ajudantes como agora. E os secretários de Estado tão adjuntos de ajudantes. Nem nos tempos de Cavaco Silva, que cunhou a expressão.

É provável que o primeiro-ministro se dê mal com o êxito de alguns dos seus ministros mais capazes. Acontece.... Daí não vem mal ao mundo. A não ser que se ponha em causa o sistema de governo. Que é o que está a acontecer.

Para a democracia, o sistema de governo é tão importante quanto as políticas. Há mesmo quem diga que são os procedimentos que preservam a democracia. Há razão nisso. Basta pensar no que seria uma boa política, mas sem liberdade nem democracia. É aliás essa uma das grandes ambições dos candidatos a ditador. Ou então, pensemos numa irrepreensível democracia, respeitadora dos direitos e do direito, mas com más políticas e muita corrupção.

A prática dos governantes pode variar muito. Recorde-se, por exemplo, a ideia que Salazar tinha dos conselhos de ministros, a que presidia, mas quase nunca reunia. Dizia, sem ironia, que “dois já fazem um conselho”! Nas décadas que levamos de democracia, já vimos, com o mesmo sistema, primeiros-ministros muito diferentes. Compare-se Soares com Cavaco ou Sócrates com Passos Coelho.

António Costa pode também ter o seu estilo. Mas tem de respeitar os seus ministros e as suas competências. Ao requisitar os serviços de uma pessoa exterior ao Governo,

mesmo se excepcional e talentoso, como parece ser o caso, o primeiro-ministro está a dizer aos seus ministros: “Ocupem-se das bagatelas, do trivial e do curto prazo, porque do essencial vou ocupar-me eu e os meus conselheiros”!

Com a exceção de um punhado de ministros, o Governo está reduzido a diretores de serviços. Ou gestores de produto. Mais de metade do Governo nunca se exprimiu publicamente sobre o que quer que seja, o mundo, a paz, a Europa, a sociedade ou o Estado. Pelo menos a dois terços dos ministros nunca se lhes ouviu uma só palavra sobre a política, a economia ou a cultura! Já sobre os seus pelouros, os seus planos, as suas estatísticas e as suas portarias, parecem papagaios com mestrado, falam, falam, parecem o Diário da República.

Descobrimos um primeiro-ministro estranho, com receio da importância dos seus ministros! Quando tudo fazia crer no contrário, que António Costa tinha orgulho em políticos capazes e em pares de elevado calibre intelectual, começou a perceber-se que ele gosta é de políticos reduzidos a técnicos. A começar pela extraordinária nomeação de quatro ministros de Estado, categoria raríssima que vulgarizou, a fim de despromover os que já eram e não criar ilusões aos que passavam a ser. Quatro ministros de Estado! Parece um país sul-americano!

É verdade que os partidos da oposição ou qualquer outra instituição pública ou política pode simplesmente recusar, com razão, ter conversas, negociações e discussões com um “enviado” informal do primeiro-ministro. Mas isso é mesmo só espuma. Mais sério e mais grave é o facto de se reduzir o Conselho de Ministros a uma assembleia de ajudantes.

Ao nomear, sem necessidade, o maior número de membros de governo da história do país, António Costa diminuiu o seu estatuto. Ao nomear quatro ministros de Estado, retirou força a vários dos seus ministros, justamente os mais competentes. Ao recorrer a colegas e a “melhores amigos”, para executar tarefas tipicamente de governo, as de planeamento e de previsão, o primeiro-ministro está a fazer uma reforma estrutural furtiva. Nem sequer se pode dizer que esteja a promover o partido para além do sensato. Não. Desta vez, até o seu partido está a ser afastado do exercício de funções políticas e constitucionais.

Que é feito dos ministros com competências de planeamento? Dos ministérios com capacidades de previsão? Dos organismos de Estado com funções de reflexão estratégica? Das universidades que poderiam dar um excecional contributo? Do Conselho Económico e Social? A associação crescente de auditores, consultores, fundações e escritórios de advogados ao trabalho do Governo e à elaboração legislativa é um sinal perigoso: é a lenta formação de um governo oculto, com a consequência previsível da perda de responsabilidade política e democrática. Pior ainda: é criação de um Estado frágil de fácil captura.

A decapitação científica do Estado tem vindo a ser concretizada há anos. As capacidades técnicas do Estado estão há muito a ser desnatadas. Os melhores, os mais independentes, os mais rigorosos, em qualquer campo, na educação e na engenharia, nas obras públicas e na saúde, na energia e nos transportes, vão-se desligando do Estado, associando-se cada vez mais ao privado.

A falta de fundamentos técnicos e científicos adequados em tantas decisões políticas (como foram os casos conhecidos do aeroporto, dos caminhos de ferro, de várias barragens, de muitas autoestradas...) esteve evidente em tantas decisões erradas, corrigidas e abandonadas. A esta pobreza, acrescenta-se a ideia de que os governos podem fazer tudo o que quiserem. É a conceção da administração pública como mera burocracia e do Governo como génio científico e político.

É um mau sinal dos tempos que correm: um Estado pesado, mas intelectualmente fraco e cientificamente débil.

António Barreto, Sociólogo

Fonte: Público

O CALCANHAR DA DEMOCRACIA - MARIA DE FÁTIMA BONIFÁCIO

Os problemas começam porque a maioria das pessoas não precisa do que a Democracia garante, a Liberdade – precisa de um certo desafogo, de um SNS e de segurança. Um ensaio de Maria de Fátima Bonifácio.

Sobre os escombros espirituais e materiais da II Grande Guerra, ergueu-se ou, melhor dizendo, reergueu-se a Democracia. Graças ao Plano Marshall, os EUA estenderam-nos

a mão de que precisávamos para recuperar uma Europa devastada e falida. Com a avalanche dos dólares, e com a memória fresca da brutalidade da guerra e da selvajaria dos regimes totalitários – fascistas, nazis ou comunistas –, os governos europeus e as sociedades europeias estabeleceram um consenso sobre as prioridades: remover os escombros, reedificar os países, difundir a Democracia e o mercado livre, mas guiado pela mão bem visível do Estado Social. Tudo, ou o principal, correu bem. Em maio de 1968, uma geração mimada e irresponsável, que não conheceu as agruras da guerra e cresceu num ambiente de abundância, exigia não apenas o que seria razoável, mas também que houvesse praias sob o pavimento das avenidas parisienses. A vida era ou parecia fácil. Porém, a crise petrolífera de 1973 veio por água na fervura. Afinal, a abundância não caía do céu; era preciso trabalhar e suportar privações. A partir daí, nenhuma Democracia se pôde dar ao luxo de nos presentear com a possibilidade de não pensar no presente nem acautelar o futuro. Nós, geração de 68, acolhemos esta nova realidade com mau humor. Mas, a muito custo, e muito contrariados, lá nos resignámos à ideia de que não existem almoços grátis. Porém, desde 1973, a Democracia esteve intermitentemente debaixo de fogo. A partir dos anos noventa, falava-se regularmente em crise da Democracia. A tendência não se alterou com a entrada no século XXI, pelo contrário.

Porquê? Principalmente porque fechara as mãos largas de outrora; o Estado tornou-se avaro. Sim, claro, a Democracia assentava nos preciosos Direitos Humanos, nas eleições livres, no Estado de Direito e na separação de poderes. E, muito principalmente, garantia a liberdade individual e coletiva. Com a passagem dos anos e das décadas, todavia, estas benesses foram dadas como banalidades adquiridas e garantidas. As sociedades europeias começaram a manifestar um crescente desapego à Democracia: esta já dera o que tinha para dar e certamente não podia fornecer uma razão ou um sentido para a vida de cada um. Com efeito, a Democracia não oferece nenhum alimento espiritual. É um mero mecanismo de seleção e recrutamento dos governantes e das elites políticas, legitimados pelo voto universal. Em contrapartida, oferece um bem único e precioso: Liberdade. Mas aqui começam os problemas: a grande maioria das pessoas não precisa de Liberdade – precisa de um certo desafogo, de um SNS e de segurança. Aliás, desde a Revolução Francesa que a paixão igualitária sempre se

sobrepôs ao amor da liberdade, conforme denunciaram já no século XIX um Benjamin Constant, um Alexis de Tocqueville ou um Alexandre Herculano. Este liberal dos quatro costados bem percebeu que “quanto mais igual for uma sociedade menos livre ela será”; Constant, por volta de 1820, considerava que “Um dos maiores erros da nação francesa é nunca ter dado suficiente importância à liberdade individual.” Tocqueville não hesitou em escrever que os radicais “adorariam a igualdade nem que se caísse na servidão”.

O liberalismo, portanto, nunca pôde nem poderia no futuro servir de argamassa social. O igualitarismo radical também não, porque conduz em linha direta à onipotência do Estado, incumbido de suprimir as diferenças misteriosamente cavadas pela mecânica espontânea das sociedades. Só uma vigorosa pujança cultural poderia gerar o grude necessário para manter uma comunidade natural e voluntariamente unida por um destino percebido como comum. O pós-modernismo, com o seu nihilismo epistemológico e a absoluta relativização de todos os valores e inclusive de todos os factos, destruiu esta possibilidade. A Europa e a União Europeia não deveriam ser conceitos geográficos e políticos, deveriam representar “uma noção espiritual que é sinónimo de Ocidente” (Milan Kundera, 1983). Uma identidade europeia apenas poderia sustentar-se sobre os alicerces de grandes criações espirituais. A cultura espelha e simultaneamente cria os principais valores que, partilhados, asseguram a coesão nacional ou civilizacional. Infelizmente, não existe hoje em dia, no Ocidente europeu, nada disto. A somar ao fracasso cultural, a obsessão identitária deu e continua a dar um indesejável contributo para a fragmentação das sociedades ocidentais.

A este vazio cultural e moral não é decerto estranha a amputação da Mitteleuropa, no fim da II Guerra, transmutando-se o que era uma “noção espiritual” num conceito meramente geográfico: os países de Leste (ou a Europa de Leste). Esse alfobre de inteligência e criatividade, encravado entre a Alemanha ocidental e a cortina de ferro, desapareceu do mapa, absorvido que foi pela União Soviética, que se encarregou de cilindrar o que nesse espaço ainda borbilhava culturalmente. Só a Áustria escapou ao caterpillar comunista. Mas, isolada e brutalmente desligada do todo que antes constituía a Mitteleuropa – checos, húngaros, polacos – a intelligentsia austríaca não se revelou capaz de compensar ou suprir a estiagem das anteriores fontes de inspiração. A Europa ocidental viu-se privada do viveiro de pensadores, escritores, pintores,

romancistas e cientistas que durante séculos, imersos num mundo ainda enraizado no longínquo império Habsburgo, tinham presenteado a Europa com um contributo insubstituível para a cultura ocidental no seu todo. A lista dos criadores oriundos da Mitteleuropa é interminável. Destaquem-se, porém, os judeus, que “no século XX foram o principal elemento cosmopolita e integrador da Europa Central, a condensação do seu espírito criador, da sua unidade espiritual. A Europa Central não é um Estado, mas uma cultura ou um destino”. (M. Kundera, 1983) Por que razão não deu a Europa pelo eclipse da Mitteleuropa? Porque, responde Kundera, “a Europa já não sente a sua unidade como uma unidade cultural”.

Hoje em dia, a União Europeia é, em essência, uma Super-Direcção-Geral de Contabilidade e Finanças, que os países do Sul, incluindo a França, espremam o mais que podem. Esta desertificação não é alheia ao facto de que, por mais que os nossos governantes se abracem em Bruxelas, o europeísmo tem vindo a esmorecer, como se pode verificar pela proliferação de partidos nacionalistas anti-Europa, para não mencionar o desligamento em curso da Grã-Bretanha (vulgo: Brexit).

“Falta à Europa um fôlego político [e] uma verdadeira dimensão espiritual”, lamentava Vaclav Havel em 2007, acrescentando logo de seguida: “Pela primeira vez na história, assistimos ao desenvolvimento infrene de uma civilização deliberadamente ateia.” Por ateísmo Havel não entende a irreverente negação da existência de Deus; ele próprio não adere a nenhuma religião revelada. Entende-o como o materialismo de uma civilização tecnológica e avidamente consumista, para a qual apenas importam o evidente e os bens mensuráveis e palpáveis, como o lucro, por exemplo. Entende ainda por ateísmo o confinamento do ser humano dentro dos limites dos fenómenos físicos observáveis e, portanto, comprováveis, como se o ser mais íntimo e profundo do homem pudesse ser captado pela sua conformação biológica. Entende ainda por ateísmo a incapacidade de sentir o insondável Mistério do Universo e da nossa própria existência terrena. E também a recusa de que há algo de comum a toda a Humanidade, que é uma porque em todos os tempos e em todas as culturas os antropólogos deparam com os mesmos mitos e rituais, que contam todos as mesmas histórias, mesmo que essas culturas nunca tenham estado em contacto umas com as outras: “Todas as

culturas” – desde os tempos mais arcaicos – “assumem a existência de algo a que se pode chamar «a memória do Ser»” (V. Havel, 1995).

Existia (ou ainda existe ?) uma mitologia ameríndia cujos tópicos e arquétipos apresentam semelhanças flagrantes com todas as demais mitologias no mundo inteiro (Filipe P. C. Verde, RTP2, Outubro de 2017). O ateísmo contemporâneo impede a apreensão desta Transcendência, que galga indivíduos, países, continentes e oceanos para dar a conhecer a unidade da natureza humana e, por conseguinte, a pertença de cada um a um mesmo e único Ser. O ateísmo “despreza tudo o que de alguma maneira resiste à deprimente standardização e ao racionalismo de uma civilização técnica” (V. Havel, 1955).

Falta à Democracia uma dimensão espiritual alicerçada no reconhecimento da unidade humana, na partilha de um destino comum a todos os homens, na interpelação do mistério que é o Universo por muito que a NASA o investigue. O homem contemporâneo, escreveu Havel, “perdeu a sua âncora transcendente [...] É por causa desta perda que a Democracia está a perder muita da sua credibilidade. [...] Falta-lhe estabelecer uma ressonância ou sintonia com a nossa natureza mais profunda”. (It.meu) O que Havel nos dizia em 1995 é que a espiritualidade, isto é, a nossa capacidade para nos conectarmos com o Infinito e a Eternidade, é o que verdadeiramente nos qualifica como humanos. E, já agora, que a nossa sujeição aos “valores” de uma civilização puramente técnica faz de nós seres alienados, carentes de qualquer coisa que não sabemos nomear. Esta busca de qualquer coisa não é de agora, é pelo menos tão antiga como o homo sapiens. A questão está em que nesta “civilização tecnológica” os ocidentais cessaram de buscar. (Com muitas exceções, claro.)

O cerne do calcanhar da Democracia reside portanto numa falência cultural, pois a cultura, em sentido lato, é o domínio em que se aduba o solo no qual germinam e florescem os valores mais importantes que presidem ou devem subjazer e presidir à organização social. Havel pede à Democracia o que ela, por definição, não pode nem lhe compete dar: o equivalente de uma religião, uma religião paradoxalmente laica. Creio que o pensamento de Kundera, expurgado do misticismo que tinge o pensamento de Havel, aponta numa direção mais certa: a cultura contemporânea, escreveu

Kundera logo em 1983, abdicou do seu papel, demitiu-se da sua missão de alimentar as aspirações e satisfazer as ânsias da sociedade e das pessoas.

Nem sempre foi assim. Na Idade Média era a religião comum que unia e definia a Europa católica, apostólica e romana. Na Idade Moderna, “quando o Deus medieval se transformou em Deus Absconditus”, a religião cedeu o lugar à cultura, que passou a ser o domínio em que se realizavam “os valores supremos pelos quais a humanidade europeia se compreendia a si própria e se identificava”. Ignora-se a quem ou a quê a cultura cedeu esse papel. “Creio saber apenas que a cultura prescindiu do seu lugar.” Kundera não divisava, já em 1983, “nenhuma criação valiosa e nenhum pensamento forte”. Talvez que pelo menos uma parte do enigma esteja no facto de que as criações culturais passaram a ser mercantilizadas e, como todas as mercadorias, estão de há muito sujeitas às leis da oferta e da procura, influenciáveis por críticos, museus e galeristas que, em última análise, detêm uma parte muito apreciável – senão decisiva, em muitos casos – na determinação do que é arte, literatura e por aí fora. Na maioria das Universidades, a progressiva eliminação do estudo das Humanidades, o banimento do que se chamava “uma educação liberal”, abrirão e deixarão todo o espaço aos comerciantes e contrabandistas. Uma coisa é certa: não podemos pedir à Democracia o que ela não foi feita para nos dar: o renascimento da espiritualidade. Semelhante desígnio, como demonstra o caso da Rússia, só pode conduzir à catástrofe.

Vladimir Putin tomou posse como Presidente da Rússia em 1999. Em 2012 revelou ao que vinha. Nada menos do que ao restabelecimento do antiquíssimo Império russo, embora aggiornato em função do mundo moderno. Rodeou-se de uma série de intelectuais e filósofos associados ao fascismo (e até ao nazismo), todos eles herdeiros de Ivan Ilyn, um teórico do totalitarismo cristão que se exilara após a revolução de 1917 e falecera em 1954. A esta fonte de inspiração, Putin acrescentou o “eurasianismo” de Lev Gumilev, filósofo e historiador falecido em 1991, um das principais maîtres à penser do filósofo Alexander Dugin, também este um profeta do novo Império russo a quem podemos atribuir uma lista de epítetos: nostálgico da glória imperial; místico; fascista; nazi; nacionalista e imperialista. Coincidência ou não, foi naquele ano de 2012, quando Putin, num discurso oficial, cita Ilyn e sinaliza uma brusca viragem anti-europeia, que se constituiu o Clube Izborsk, onde pontificavam um tal Prokhanov e outras eminências

que aconselhavam (aconselham?) Putin. No Manifesto da sua fundação, pode ler-se: “«O Estado russo actual, apesar da perda de grandes territórios, ainda tem a marca do Império. A geopolítica do continente euroasiático reúne vigorosamente os espaços que foram perdidos. É esta a legitimação do ‘projeto eurasiático’ iniciado por Putin.»” (Timothy Snyder, 2019, it.meu) O restabelecimento do Império exigia a reunião da Bielorrússia (Belarus) e da Ucrânia com a Rússia. É neste contexto que devemos encarar a ocupação da parte oriental da Ucrânia como um passo na prossecução do sonho imperial.

De 2012 para cá, o principal objetivo estratégico de Putin é enfraquecer e, se possível, ajudar a destruir a União Europeia, aprovando toda a espécie de separatismos na Europa Ocidental, como a Catalunha, por exemplo. Mas as suas armas de propaganda anti-ocidental tocam as raias do delírio: o antissemitismo feroz, com longas raízes na Rússia, e a condenação da homossexualidade.

A componente anti-semita é fulcral. Disse em entrevista Prokhanov: “«O antissemitismo [...] é um resultado do facto de os judeus dominarem o mundo e usarem o seu poder para o mal.»” Conclusão de Snyder: “A única defesa contra a conspiração judaica internacional era um redentor russo.” Dugin já vituperara a conivência das elites europeias com a homossexualidade, o que comprovava a depravação do Ocidente, desejoso que estaria de exportar a “homofilia” para perverter, enfraquecer e violar a pureza e a inocência da Mãe Rússia. Deve notar-se que Marine Le Pen, em visita a Moscovo, aplaudiu “com entusiasmo” ideia da missão civilizadora da Rússia de Putin, declarando que “«os direitos dos homossexuais eram a ponta de lança de uma conspiração liberal global contra as nações inocentes: a homofilia é um dos elementos da globalização»”. A Rússia seria demasiado autêntica e virtuosa para que por lá se contraísse a SIDA, por exemplo. No Verão de 2013, a Rússia far-se-ia a campeã da heterossexualidade. Dugin destacou-se com a sua tese fanática de que “«só uma extrema-direita unida podia salvar a Europa de um Satanás homossexual»” (T. Snyder). Intelectuais russos chegaram mesmo a teorizar o conceito de “geopolítica sexual”.

A Rússia, formalmente, é uma democracia. De facto, é uma autocracia oligárquica e cleptocrática, chefiada pelo messiânico Putin, que não hesitou nem hesita em adotar um discurso fascista que lhe permite chegar diretamente ao povo e passar por cima de

um parlamento vergonhosamente submisso (Peter Pomerantsev, 2014). Observador atento da derrocada da Rússia durante o cómico consulado de Yeltsin, Putin tratou não só de restaurar a autoridade do Estado mas também, ou sobretudo, de explorar a velha tradição mística e messianista fundamente impregnada no povo russo, a fim de conquistar uma legitimidade que ia muito para além das contabilidades eleitorais. Socorreu-se de intelectuais e filósofos fascistas, antissemitas, homofóbicos, imperialistas para fazer o que fazem todos os ditadores fascistas: estabelecer com o povo uma relação afetiva pessoal, direta e emocional, que dispensa as instituições democráticas de intermediação entre o povo e o Poder – que ele no entanto mantém (por ora) para inglês ver. Vemo-lo na Televisão a praticar vários desportos, exibindo o seu físico musculado, símbolo da virilidade, da força física e da heterossexualidade. E o povo russo orgulha-se do seu líder, do seu Messias que devolveu à Mãe Rússia a dignidade transitoriamente perdida, e devolveu aos cidadãos de ser e um sentido para as suas vidas – ao custo de eles próprios se vergarem à servidão.

Como disse Churchill, numa frase omnicitada, a Democracia é o menos mau dos regimes conhecidos.

Maria de Fátima Bonifácio, Historiadora

Fonte: **Observador**

